

Corregedoria Auxiliar para os Serviços Extrajudiciais

Processo nº 0000018-82.2024.2.00.0817 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE AGENTE DELEGADO - CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL (20000002)

PROCESSANTE : CGJ - Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco

PROCESSADO : EDISIO UCHOA CAVALCANTI

Advogado do(a) PROCESSADO : AVANY NOGUEIRA DE OLIVEIRA GUEDES - OAB/PE Nº 09.508

PORTARIA Nº 180 /2024 - CGJ

EMENTA: RENOVAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO COM A FINALIDADE DE APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS EM DESFAVOR DO SR. EDÍSIO UCHÔA CAVALCANTI, TITULAR DA SERVENTIA REGISTRAL – ILHA DE ITAMARACÁ (CNS Nº 07.685-1), PELOS INDÍCIOS DA SUPOSTA PRÁTICA DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR POR INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 30, I E XIV, DA LEI FEDERAL Nº 8.935/94, BEM COMO O PRESCRITO PELOS ARTS. 214, 216, IV E XI, 862, 863, 866, 903, 908, 908-A E 951, TODOS DO CÓDIGO DE NORMAS DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS DE PERNAMBUCO, VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS, E COM DISPOSITIVOS ESPELHADOS NOS ARTS. 217, 219, IV E XI, 1.024, 1.026, 1.027, 1.062, 1.067, 1.068 E 1.115, DO PROVIMENTO Nº 11/2013 - CGJ.

O Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Pernambuco, DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO, no uso de suas atribuições legais, especialmente as ditadas nos artigos 35, 37 e 39, da Lei Complementar Estadual nº 100/2007 (*Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco*) e nos artigos 131 e 134, do Provimento nº 11/2022 – CGJ (*Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça*), e

CONSIDERANDO que a administração pública é regida pelos princípios da oficialidade e do contraditório, dentre outros prescritos no *caput* do art. 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a impossibilidade de conclusão dos trabalhos no tempo estipulado na Portaria nº 141/2024-CGJ, publicada em 18 de outubro de 2024, Edição nº 234/2024 do DJe, e a necessidade de dar continuidade ao Processo Administrativo Disciplinar acima epigrafado;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a renovação do prazo para a conclusão deste **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, instaurado em desfavor do Sr. Edísio Uchôa Cavalcanti, titular da Serventia Registral da Ilha de Itamaracá (CNS nº 07.685-1), para apurar o suposto descumprimento dos deveres previstos no art. 30, I e XIV, da Lei Federal nº 8.935/94, bem como o prescrito pelos arts. 214, 216, IV e XI, 862, 863, 866, 903, 908, 908-A e 951, todos do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registros de Pernambuco, vigente à época dos fatos, e com dispositivos espelhados nos arts. 217, 219, IV e XI, 1.024, 1.026, 1.027, 1.062, 1.067, 1.068 e 1.115, do Provimento nº 11/2013 – CGJ.

Art. 2º RENOVAR o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Portaria, para a Comissão Processante finalizar a apuração dos fatos e emitir opinativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Data e assinatura eletrônicas

Des. Francisco Bandeira de Mello
Corregedor-Geral da Justiça

Processo nº 0000697-82.2024.2.00.0817 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE AGENTE DELEGADO - CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL (20000002)

PROCESSANTE : CGJ - Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco

PROCESSADO : JOSAPHAT VIEIRA DE ALBUQUERQUE

Advogado do(a) PROCESSADO : AUGUSTO FERREIRA DE CARVALHO LOCIO - OAB/PE Nº 22.079

PORTARIA Nº 181 /2024 - CGJ

EMENTA: RENOVAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO COM A FINALIDADE DE APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS EM DESFAVOR DO SR. JOSAPHAT VIEIRA DE ALBUQUERQUE, TITULAR DO 4º TABELIONATO DE NOTAS DE RECIFE (CNS Nº 07.376-7), POR VIOLAÇÃO AO CONTIDO NOS ARTS. 1º